

**FACULDADE DE DIREITO
DA UNIVERSIDADE DE LISBOA**

**DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO
Curso de Licenciatura
2026/2027 (1.º Semestre)**

Regente: Prof. Doutora Maria Luísa Duarte

Colaboradores: Prof. Doutora Claudia Monge; Mestre Carolina Batista; Dr.
Francisco Machado Dray

2º Ano – Turma Noite

PROGRAMA

PARTE PRIMEIRA

A ORDEM JURÍDICA GLOBAL: FUNDAMENTOS

Capítulo 1

A IDENTIDADE DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

1. O Direito Internacional Público: relance introdutório

- 1.1.** Noção adoptada
- 1.2.** Terminologia e intitulações
- 1.3.** Direito Internacional Público: um direito difícil de conhecer
- 1.4.** O Direito Internacional Público e os seus semelhantes
- 1.5.** Em especial, o papel preponderante da Geopolítica na análise crítica da tradicional dicotomia entre a corrente realista e a corrente idealista
- 1.6.** Direito Internacional Público e Direito Interno: uma comparação virtuosa
- 1.7.** Direito Internacional Público ou Direitos Internacionais Públicos?

2. Formação e evolução histórica do Direito Internacional Público

- 2.1.** O longo período de gestação do Direito Internacional Público
- 2.2.** A Paz de Vestefália e o Período Clássico (1648-1815)
- 2.3.** O Período Moderno (1815-1945)
- 2.4.** O Período Contemporâneo (1945 aos nossos dias)

3. A questão existencial do Direito Internacional Público: existe porquê e para quê?

- 3.1.** Principais correntes doutrinárias
- 3.2.** Posição adoptada
- 3.3.** As funções sociais do Direito Internacional Público

Capítulo 2

FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

4. Elementos de uma teoria geral das fontes Internacionais

4.1. Fontes, obrigações e atos jurídicos no Direito Internacional

4.2. O artigo 38.º do Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça e a tipificação de fontes

4.3. Fontes tipificadas

4.3.1. A convenção internacional

4.3.2. O costume internacional

4.3.3. Os princípios gerais de Direito

4.3.4. A jurisprudência e a doutrina

4.3.5. A função atípica da equidade (ex aequo et bono)

4.4. Fontes não tipificadas

4.4.1. Os actos unilaterais

4.4.2. O chamado *soft law*

4.5. Codificação e desenvolvimento progressivo do Direito Internacional

4.6. Hierarquia de fontes e hierarquia de normas – origem e estatuto das “normas fundamentais” na ordem jurídica internacional

5. Em especial, o regime normativo de celebração de convenções internacionais – aspectos fundamentais sobre o Direito dos Tratados

5.1. Direito dos Tratados – fontes

5.2. O nascimento dos tratados

5.2.1. Conclusão dos tratados

5.2.2. As reservas no Direito dos Tratados

- ## Capítulo 3

NORMAS INTERNACIONAIS E EFICÁCIA NA ORDEM JURÍDICA PORTUGUESA

7. Articulação entre Direito Internacional e Direito Interno

7.1. Construções doutrinárias clássicas e modelos jurídico-constitucionais

7.1.1. Monismo com primado do Direito Interno

7.1.2. Monismo com primado do Direito Internacional

7.2. Tribunais internacionais e primado do Direito Internacional

7.3. Direito Internacional Público e tribunais nacionais: o efeito direto

7.4. Direito Internacional e Direito Interno: no espaço da internormatividade global

8. A Constituição Portuguesa e a eficácia jurídica das normas internacionais e eurocomunitárias

8.1. A Constituição Portuguesa e a abertura ao Direito Internacional e ao Direito da União Europeia

8.2. Incorporação e eficácia do Direito Internacional e do Direito da União Europeia na ordem jurídica portuguesa

8.2.1. Direito Internacional Geral ou Comum

8.2.2. Direito Internacional Convencional

8.2.3. Direito das Organizações Internacionais

8.2.4. Direito da União Europeia

Capítulo 4

SUJEITOS DE DIREITO INTERNACIONAL

9. O conceito de sujeito de Direito Internacional

- 9.1.** Personalidade jurídica internacional: uma noção clássica que se renova
- 9.2.** O Estado soberano e os outros – quem é quem no Direito Internacional
- 9.3.** Em especial, o Estado soberano
- 9.4.** Em especial, o indivíduo
- 9.5.** Sujeitos atípicos não estaduais
- 10.** O reconhecimento da subjectividade internacional: função, natureza e critérios
- 11.** Responsabilidade internacional – aspectos da teoria geral e, em particular, a responsabilidade do Estado soberano

Capítulo 5

AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

12. Elementos de uma teoria geral das Organizações Internacionais

- 12.1.** Noção
- 12.2.** Génese e evolução
- 12.3.** Classificações
- 12.4.** Atribuições e poderes – em especial, a teoria dos poderes implícitos
- 12.5.** Membros
- 12.6.** Estrutura institucional

13. Principais organizações de que Portugal é membro
:constitucionalismo e multilateralismo

14. A Organização das Nações Unidas (ONU)

14.1. Enquadramento histórico

14.2. A Carta das Nações Unidas – estrutura, valor jurídico, interpretação e processo de revisão

14.3. Os membros

14.4. Os objectivos e princípios conformadores de actuação da ONU

14.5. Os órgãos e a sua competência – o princípio da efectividade institucional

14.6. O valor jurídico das resoluções da ONU

14.7. O domínio reservado dos Estados – conteúdo e sentido actual

14.8. Áreas fundamentais de actuação

14.8.1. Segurança colectiva – em especial, o Capítulo VII da Carta e a prática onusiana

14.8.2. Sobre a prática pós-onusiana: um novo modelo em formação de (in)segurança colectiva

14.8.2. Protecção internacional dos Direitos Humanos (aspectos gerais)

15. As crises do multilateralismo e as implicações na Organização das Nações Unidas

PARTE SEGUNDA
A ORDEM JURÍDICA GLOBAL: PROCEDIMENTOS DE
TUTELA DOS DIREITOS HUMANOS

Capítulo 6
A PROTECÇÃO INTERNACIONAL E EUROPEIA
DOS DIREITOS HUMANOS

- 16.** Direito Internacional dos Direitos Humanos – fontes de âmbito universal e de âmbito regional
- 17.** A protecção internacional penal
 - 17.1.** A noção de crimes internacionais
 - 17.2.** As jurisdições penais internacionais
- 18.** A protecção internacional à pessoa humana em situação de particular vulnerabilidade: apátridas, refugiados e migrantes
- 19.** A Convenção Europeia dos Direitos do Homem (CEDH)
 - 19.1.** Génese e evolução
 - 19.2.** O sistema jurisdicional de interpretação e de garantia da CEDH
 - 19.3.** Portugal, o Conselho da Europa e a CEDH
 - 19.4.** A CEDH e a adesão da União Europeia – um património europeu comum de direitos humanos e direitos fundamentais

BIBLIOGRAFIA

I. Básica

- DUARTE, Maria Luísa – *Direito Internacional Público e ordem jurídica global do século XXI*, 2ª edição Lisboa, AAFDL, 2023.

II. Complementar em língua portuguesa

- CAMPOS, João Mota de (coord.) – *Organizações Internacionais*, 6ª. ed., Almedina, 2022
- DUARTE, Maria Luísa / LANCEIRO, Rui Tavares (coords.) – *O Direito Internacional e o uso da força no século XXI*, Lisboa, AAFDL, 2018.
- DUARTE, Maria Luísa / LANCEIRO, Rui Tavares / DUARTE, Francisco Abreu (coords.) – *Ordem jurídica global do século XXI – sujeitos e actores no palco internacional*, Lisboa, AAFDL, 2020
- DUARTE, Maria Luísa/ GIL, Ana Rita / FREITAS, Tiago F. – *Direitos Humanos e Estado de Direito – protecção no quadro internacional e europeu*, Lisboa, AAFDL, 2022
- DUARTE, Maria Luísa, “A teoria dos poderes implícitos e os limites da acção jurídica das Organizações Internacionais”, in *Estudos em homenagem a W. de Brito*, Almedina, 2020, p.1131-1141
- FREITAS, Pedro Caridade – *História do Direito Internacional Público*, Cascais, Principia, 2015.
- GIL, Ana Rita/ Patinhas, Maria Carolina – *A ONU em acção: Conflitos armados e missões de paz*, Lisbon Public Law, 2024

- GOUVEIA, Jorge Bacelar – *Manual de Direito Internacional Público. Uma perspectiva de língua portuguesa*, 5.^a ed., Coimbra, Almedina, 2022
- RIBEIRO, Manuel de Almeida / COUTINHO, Francisco Pereira – *Jurisprudência resumida do Tribunal Internacional de Justiça*, Lisboa, D. Quixote, 2016.

III. Complementar em língua inglesa

- AA.VV. – *The Max Planck Encyclopedia of Public International Law* (<http://www.mpepil.com>; disponível o acesso na Biblioteca da FDUL).
- AUST, Anthony – *Handbook of International Law*, 2th edition, Cambridge Univ. Press, 2010
- CASSESE's *International Law*, 3rd edition, OUP, 2020
- CORONA, Juan, e outro (eds.), *Estados no reconocidos y seguridad internacional*, Ed. Tirant lo Blanch, 2025.
- GRAY, Christine – *International Law and the use of the force*, 4th edition, OUP, 2018
- KACZOROWSKA, Alina – *Public International Law*, 5th edition, Londres, Routledge, 2016.
- KLABBERS, Jan – *International Law*, 4th ed., Cambridge Univ. Press, 2023
- ____ *An introduction to International Organizations*, Cambridge Univ. Press, 3th, 2015.
- SCHUTTER, Olivier de – *International Human Rights Law*, 2th edition, Cambridge Univ. Press, 2014.

- SHAW, Malcolm N. – International Law, 9th, Cambridge Univ. Press, 2021 (ebook)

IV. Textos normativos

- Constituição da República Portuguesa
- Rui Tavares LANCEIRO, e outros, *Colectânea de Textos de Direito Internacional Público* 4^a ed., AAFDL, 2021

Lisboa, 21 de Julho de 2026